

PUBLICITAÇÃO DE AJUSTE DIRECTO – ARTIGO 127.º DO CCP, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 28 DE JANEIRO

Data do Registo

18.12.2013

Adjudicatário

- Nome: Cátia Sofia Santos Almeida
- Sede: Rua Tenente Raúl Cascais n.º 10 R/C Esquerdo 1250-268, Lisboa
- NIF: 243637802

Objeto do Contrato (descrição do tipo de contrato, das principais prestações que o caracterizam e do serviço/local específico em que se prestam/realizam ou a que se destinam)

Entidades Convidadas

- Nome:
- Sede:
- NIF:

Entidades reclamantes e/ou impugnantes

Preço Contratual (€) – [Preço total sem IVA]

5 940,00

Prazo de execução das principais prestações objeto do contrato (dias)

6 meses

Adicionais ao Contrato

1.º Adicional

- Preço contratual sem IVA:

2.º Adicional

- Preço contratual sem IVA:



Local (Concelho) da execução das principais prestações objeto do contrato

Lisboa

Fundamentação da necessidade de recurso ao ajuste direto (obrigatório para valores iguais ou superiores a € 5 000)

Justifica-se o recurso ao ajuste direto pela impossibilidade de satisfação da necessidade por via de recursos próprios da Assembleia da República.

No caso dos ajustes diretos: critério material de escolha do tipo de procedimento (se aplicável)

(indicar o critério caso se opte por alguma justificação dos artigos 24.º a 27.º do CCP)